

CASO MASTER

Advogado deixa defesa de Ciro

Kakay afirma que saída do processo do senador ocorreu de “comum acordo”. Afilhado do criminalista assume o posto

» DANANDRA ROCHA

O advogado Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, deixou a defesa do senador Ciro Nogueira (PP-PI) em meio ao avanço das investigações da Polícia Federal sobre o escândalo do Banco Master — o parlamentar foi alvo de operação de busca e apreensão, da Polícia Federal, na semana passada.

O substituto é o criminalista Conrado Gontijo, afilhado de Kakay que possui ligação histórica com o grupo de advogados que atuava na defesa do senador até a semana passada.

Formado pela USP, o advogado atua na área criminal, integra o grupo Prerrogativas e também leciona no Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), instituição ligada ao ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF).

Em nota à imprensa, Kakay informou que a decisão foi tomada “em comum acordo” com Nogueira. Ao **Correio**, ele reiterou essa afirmação, negando qualquer desgaste com o parlamentar. “Simplesmente nós conversamos e achamos que seria melhor. Eu saí do caso, Ciro é amigo, saímos de consenso, sem nenhuma confusão, sem nada por causa de qualquer coisa ter entrado no processo, no caso, nada disso”, sustentou.

A declaração ocorreu ante a repercussão da troca de defesa. A banca era composta, além de Kakay, por Roberta Castro Queiroz, Marcelo Turbay, Liliâne de Carvalho, Álvaro Chaves e Ananda França.

Mais tarde, **Kakay** divulgou nova nota para rebater especulações sobre os motivos da renúncia. afirmou que a equipe jurídica não apresentará detalhes sobre a decisão em razão do dever de sigilo profissional que rege a relação entre advogado e cliente.

“A respeito dos reiterados questionamentos sobre os motivos de nossa renúncia no caso do senador Ciro Nogueira, reafirmamos não poder explicitar maiores detalhes, por uma questão ética e em



Simplesmente nós conversamos e achamos que seria melhor. Eu saí do caso, Ciro é amigo, saímos de consenso, sem nenhuma confusão”

Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, sobre ter deixado a defesa do senador Ciro Nogueira

razão do dever de sigilo, que deve orientar sempre a relação advogado e cliente”, frisou.

Em relatório encaminhado ao STF, a Polícia Federal afirma que Nogueira teria usado o mandato para atuar em favor dos interesses do dono do Banco Master, Daniel Vorcaro, em troca de propina.

Entre os indícios apontados pela PF estão pagamentos periódicos, despesas com viagens, hospedagens, restaurantes e uso de imóveis de alto padrão. Os investigadores também mencionam a suspeita de uma mesada de R\$ 300 mil supostamente paga ao senador. Nogueira nega irregularidades.

Na semana passada, ele divulgou nota em reação à operação da PF e alegou perseguição política. “Todo ano político é a mesma coisa. Tentam parar de todas as formas quem lidera as pesquisas de intenção de votos”, escreveu o presidente nacional do PP. Ele ressaltou que em 2018 também foi alvo de investigações às vésperas das eleições. “Mas o povo do Piauí sentiu a perseguição política, e o efeito foi contrário: crescemos 6 pontos na pesquisa e vencemos aquela eleição.”

Casos de repercussão

Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, atua na defesa de políticos, empresários e autoridades investigadas em casos de grande repercussão nacional. Entre seus clientes estiveram o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o ex-ministro José Dirceu (PT), o senador Renan Calheiros (MDB-AL), o deputado Aécio Neves (PSDB-MG) e o empresário Joesley Batista. Kakay também participou de processos ligados à Operação Lava-Jato e é considerado um dos criminalistas mais influentes de Brasília.

Lula Marques/ Agência Brasil.



Segundo apurou a PF, o senador Ciro Nogueira teria usado o mandato para trabalhar em favor do dono do Banco Master em troca de propina

Risco às alianças do PP nas eleições

Parlamentares veem a bancada do PP no Congresso Nacional sob constrangimento após a operação da Polícia Federal que mirou no presidente nacional do partido, Ciro Nogueira (PP-PI), no curso das investigações sobre o Banco Master. Relevante figura do Centro, Nogueira foi ministro do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e se tornou o primeiro congressista a ser oficialmente alvo das apurações.

Para parlamentares ouvidos pela reportagem, a operação pode impactar as articulações do partido voltadas às eleições deste ano. Segundo avaliações de quadros de centro e de direita no Congresso, ouvidos pela reportagem, a operação não deve prejudicar a bancada internamente no Congresso, mas pode ter reflexos na disputa eleitoral, num momento em que os partidos estão negociando parcerias nos estados.

De acordo com essas análises, o impacto da operação inibe

a atuação dos dirigentes partidários locais e diminui o valor político e eleitoral da legenda, o que pode aumentar o custo do prejuízo de ter o PP nos palanques.

Parlamentares também avaliam que a operação coloca uma nuvem de incertezas sobre quem será alcançado nas investigações. Um líder de centro diz avaliar que Vorcaro parece ter atuado de forma cirúrgica com Nogueira e descartar um envolvimento generalizado do Congresso. Para outra liderança, apesar de não se poder falar que todos os parlamentares compactuam com a conduta, há uma expectativa de que a investigação alcance quadros de diferentes alas ideológicas, da base governista à oposição.

Parte da bancada do PP se preserva em silêncio. Na semana passada, a líder da sigla no Senado, Tereza Cristina (MS), defendeu a continuidade das investigações. Perguntada se a operação contra Ciro

pode impactar as eleições presidenciais e uma eventual aliança com Flávio Bolsonaro (PL-RJ), Tereza Cristina adotou a cautela e fez um gesto de não saber.

Medo de escândalos

Nos bastidores, o medo de escândalos motivou a saída de parlamentares do partido. Um deputado de alto clero relatou, antes de deixar a legenda, que “todo dia você acorda com medo de ter o Ciro e o partido com escândalo estampado nos jornais”. Outro deputado que já passou pela bancada indicou que também convivia com esse receio.

Um senador relatou que chegou a evitar encontros com Nogueira. Um deputado mais próximo do presidente do PP, por outro lado, adota o discurso de defesa de Nogueira e diz que vê uma ação política contra o parlamentar.

Outra repercussão se deu sobre a conduta de Flávio Bolsonaro em

relação ao escândalo. “A gente não está negociando o apoio do senador Ciro Nogueira. O que sempre negociamos foi o apoio da federação. São dois partidos juntos, o Progressista União Brasil, e são bancadas grandes, são dezenas de parlamentares”, disse, em entrevista à CNN Brasil.

Os dois são colegas no Senado e costumam manter conversas frequentes. No mesmo dia da busca e operação contra Ciro, Flávio publicou um vídeo defendendo as investigações, mas sem citar o nome do aliado nem do PP, e direcionando as críticas ao PT e ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Para quadros de centro e da direita, o filho de Bolsonaro não teve uma boa postura ao se afastar da figura de Nogueira de imediato.

A ausência da assinatura do senador do PP na CPMI do Banco Master havia ligado o alerta no entorno de Flávio, relatou um parlamentar.

Mais rigor com conteúdo de delações

» RENATO SOUZA

A Polícia Federal e o Supremo Tribunal Federal (STF) já deixaram claro que a vida dos delatores no caso das fraudes envolvendo o Banco Master não será fácil. O instituto da colaboração premiada, que ganhou fama durante a Operação Lava-Jato, foi criado para permitir que as autoridades tenham acesso a informações importantes por meio dos próprios envolvidos nas práticas criminosas. Em troca, o réu que delata recebe redução de pena, multas menores e pode sair praticamente impune. No entanto, os entraves enfrentados por Daniel Vorcaro, dono do Master, deixam um recado claro para Paulo Henrique Costa, ex-presidente do Banco de Brasília (BRB), que foi transferido na sexta-feira para o 19º Batalhão da Polícia Militar como parte das tratativas de um acordo de delação.

Vorcaro é visto, até o momento, como o principal beneficiado pelo esquema de lavagem de dinheiro, corrupção e pagamento de propina. Porém, entre os envolvidos no esquema apontados pela investigação, estão autoridades com foro, que usavam o cargo público para obter vantagens pessoais, principalmente o recebimento de propina, e para favorecer empresários. Nesse grupo de autoridades, conforme a investigação, está o senador Ciro Nogueira (PP-PI), nome forte do Centro. Ele foi alvo de

uma ação de busca e apreensão realizada na semana passada. Nomes como o de Ciro, que aparece como suspeito, justificam um acordo de delação com Daniel Vorcaro.

Pela legislação que rege a delação premiada, o réu colaborador deve apontar criminosos com mais relevância que ele, chefes do esquema, para obter os benefícios válidos pelo acordo. Além disso, deve apresentar documentos e provas que comprovem sua versão. Na semana passada, a Polícia Federal e a Procuradoria-Geral da República (PGR) rejeitaram os termos da delação de Vorcaro, considerando “fraco” o material apresentado e que não descreveria sequer autoridades que os investigadores já sabem terem algum nível de envolvimento no caso. Entretanto, a PF e a PGR decidiram dar a oportunidade a Vorcaro de, assistido por seus advogados, apresentar um material mais consistente.

Ele esteve por um fio de ter sua delação recusada de maneira permanente. Com isso, a avaliação de fontes ligadas ao caso é de que ele amargaria uma pena pesada, além do sequestro de patrimônio, bloqueio de bens em contas bancárias e de recursos no exterior. A resposta poderia vir ainda neste ano, no curso da ação penal que corre no Supremo, sob relatoria do ministro André Mendonça.

Em coletiva de imprensa, o diretor-geral da Polícia Federal,

Ed Alves/CB/D.A Press



Presos, Paulo Henrique Costa e Daniel Vorcaro negociam colaboração premiada do caso Master

Andrei Rodrigues, deu o tom da rigidez dos investigadores. “Não vou entrar no mérito, pois desconheço os termos de delação eventualmente em curso. Mas a delação segue um fluxo legal. Ela tem todos os elementos para ser válida, ser aceita pela Polícia Federal ou pelo MPF e depois validada pelo Poder Judiciário. Se ela não

atender esses quesitos, não é válida, e o processo segue seu curso”, afirmou.

Consistência

Nesse caso do Banco Master, Paulo Henrique Costa também é considerado uma peça-chave, pois foi presidente do BRB no momento

em que as fraudes e as práticas criminosas corroeram o caixa e o patrimônio do banco público — deixando um prejuízo bilionário, que pode passar dos R\$ 10 bilhões. O valor e os danos provocados ainda não estão claros, pois o BRB atrasou a divulgação de seu balanço financeiro, e nem mesmo autoridades envolvidas na investigação ou

Ed Alves/CB/D.A Press e Divulgação



do Banco Central tiveram acesso.

Apesar de seu cargo de liderança no sistema bancário, os investigadores permitiram que Costa apresente uma proposta de delação premiada. A iniciativa partiu dele mesmo, no mês passado. Trocou de advogados e agora negocia com a Polícia Federal para falar o que sabe. A transferência dele para o 19º Batalhão da PM, conhecido como Papudinha, é um sinal positivo dado por Mendonça e pela PGR. No local, ele tem acesso facilitado aos integrantes da PF que conduzem a apuração, consegue obter melhor logística para prestar depoimento e deixa o presídio até que sua situação final seja definida.

Costa, no entanto, precisará falar sem amarras, denunciar todos os envolvidos dos quais tem conhecimento. É dado como certo que ele vai apontar o papel do ex-governador Ibaneis Rocha (MDB) de maneira mais detalhada do que Vorcaro. Ibaneis nega qualquer envolvimento em fraudes. O ex-chefe do BRB terá de apresentar documentos que confirmem a versão que apresentar, e seus depoimentos não podem se resumir às relações com Ibaneis. Como presidente do banco, ele teve reuniões com autoridades locais e federais, parlamentares e empresários. Teve acesso a nomes dos Três Poderes. Mas, caso não apresente uma delação consistente, de acordo com investigadores, as intenções dele não terão avanço.